



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/AC

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06/2023

Considerando as atribuições delegadas a este Signatário autorizando aquisições e contratações de serviços por meio de inexigibilidade e dispensa, através da Portaria nº 11.430/2019 – SR/PF/AC, de 23 de agosto de 2019, **RECONHEÇO e AUTORIZO** a contratação direta, com fulcro no caput do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021 (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO), e considerando o disposto no art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.906/94, como abaixo segue:

FAVORECIDO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB/AC

CNPJ: 04.087.953/0001-90

VALOR A SER DESEMBOLSADO PELA UNIÃO: R\$ 0,00

VALOR A SER REEMBOLSADO PELO FAVORECIDO: R\$ 378,35 ao mês.

OBJETO: Cessão de Uso **não onerosa** de espaço, compreendendo área de **22,75m²** (Vinte e dois metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizada no Edifício Sede da Superintendência de Polícia Federal no Acre - SR/PF/AC, cuja UNIÃO é senhora e possuidora do imóvel, situado à Rua Tribunal de Justiça, nº 3501, Bairro Portal da Amazônia, CEP: 69.915-631. Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 0139 00292.500-3.

VIGÊNCIA: 60 meses

JUSTIFICATIVA

1. Trata-se de procedimento iniciado com o objetivo de regularizar a relação jurídica para utilização de sala desta Superintendência de Polícia Federal no Acre - SR/PF/AC pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), considerando em especial que a utilização do espaço sem o respectivo instrumento formal, fragiliza a segurança orgânica e mesmo a segurança jurídica da Polícia Federal.

2. A cessão da área para instalação de sala especial permanente para advogados é obrigação legal para esta SR/PF/AC, nos termos do art. 7º, § 4º da Lei nº 8906/1994, a seguir transcrito:

Art. 7º São direitos do advogado:

[...]

§ 4º O Poder Judiciário e o Poder Executivo devem instalar, em todos os juizados, fóruns, tribunais, delegacias de polícia e presídios, salas especiais permanentes para os advogados, com uso assegurados à OAB. ([Vide ADIN 1.127-8](#))

3. As informações suficientes para a caracterização da cessão, em especial a definição da área que será cedida, incluindo a especificação da metragem, localização, planta do imóvel, bem como com os cálculos dos valores que deverão ser reembolsados pela OAB/AC e das obrigações das partes e condições

da cessão, foram estipuladas conforme Termo de Referência e seus anexos (31066673, 28911101, 28911167, 29051419, 30253156), bem como elaborada a minuta de Termo de Cessão de Uso não Onerosa (30326336).

4. A inviabilidade de competição decorre de dispositivo legal impositivo (art. 7º, § 4º da Lei nº 8906/1994), que estabelece o uso das salas à OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, enquanto única entidade de representação dos advogados, cuja atuação abrange todo território nacional por meio de suas seccionais, as quais possuem administração limitada às suas respectivas Unidades Federativas.

5. O Termo de Referência (31066673), foi devidamente aprovado pela autoridade competente (30381438).

6. A presente contratação não implica na assunção de custos para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre.

7. Foram juntados ao presente processo documentos que demonstram que a OAB/AC encontra-se regular, não possuindo impedimentos para contratar, Anexo CERTIDÕES OAB-AC (31154981).

8. O Termo de Contrato de Cessão de Uso (30326336) deverá ser formalizado após a ratificação do presente reconhecimento.

9. Encaminhe-se ao Senhor Superintendente Regional no Acre para Ratificação do presente Ato de Inexigibilidade de Licitação.

GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO

Agente Administrativo da Polícia Federal

Chefe do SELOG/SR/PF/AC

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE

0.1. **AUTORIZO** a realização do procedimento, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021, para Cessão de Uso **não onerosa** de espaço, compreendendo área de **22,75m²** (Vinte e dois metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizada no Edifício Sede da Superintendência de Polícia Federal no Acre - SR/PF/AC, cuja UNIÃO é senhora e possuidora do imóvel, situado à Rua Tribunal de Justiça, nº 3501, Bairro Portal da Amazônia, CEP: 69.915-631. Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 0139 00292.500-3, conforme consta nos autos.

0.2. **RECONHEÇO E DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO;**

0.3. **RATIFICO** que a presente despesa está em consonância com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal;

EDUARDO ROGÉRIO RODRIGUES DOS SANTOS

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO**, **Chefe de Setor**, em 23/08/2023, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO ROGERIO RODRIGUES DOS SANTOS**, **Superintendente Regional**, em 24/08/2023, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31155057&crc=A6023AD2)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31155057&crc=A6023AD2](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31155057&crc=A6023AD2).

Código verificador: **31155057** e Código CRC: **A6023AD2**.
